

Aldo fala sobre o projeto do Código Florestal no Senado

Categories : [Notícias](#)

Nesta semana foram retomados os debates sobre o Código Florestal Brasileiro no Senado Federal. Desta vez, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi o convidado para falar sobre o Projeto de Lei de sua autoria, aprovado na Câmara dos Deputados em [maio passado](#). Aldo foi questionado sobre os pontos polêmicos da redação do texto em audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Agricultura e Ciência e Tecnologia. Ele admitiu que houve limitações durante as discussões da matéria na Câmara por conta dos conflitos de interesses, e considerou que os senadores podem “corrigir erros e aproveitar os acertos”.

Aldo opinou sobre os principais pontos polêmicos. Quanto à Reserva Legal (RL), ele afirmou tratar-se da menor parte de florestas do país, que são as matas existentes nas propriedades privadas. “O Brasil ainda não entendeu que tem quase meio bilhão de florestas. As matas públicas constituem a maior parte da vegetação nacional. No [código](#), estamos tratando de uma parte reduzida, a que está na propriedade privada”, disse. O argumento central do deputado é que a exigência de RL configura-se um dos dispositivos que coloca na ilegalidade 95% das propriedades, sendo as pequenas as maiores prejudicadas.

“Reforma agrária se faz na cama. Você vai fazendo filho e dividindo a terra”. Blairo Maggi (Senador de Mato Grosso pelo PR)

Ele deu o exemplo do estado do Amapá, afirmando que este é coberto por 75% de florestas públicas. No entanto, segundo a pesquisadora Isabel Garcia Drigo, auditora do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola ([Imaflora](#)), mais de 180 milhões de hectares de floresta amazônica no Brasil estão em propriedades privadas ou em áreas de assentamentos da reforma agrária.

Reforma agrária

Durante o Seminário para jornalistas sobre o Código Florestal, realizado na segunda-feira (15) pelo WWF-Brasil, Greenpeace e SOS Mata Atlântica, Claudio Marés, procurador geral do Estado do Paraná, frisou que o cerne da discussão do Código está mesmo na questão das propriedades privadas. “Se não bulir com o privado, com a mercadoria que é a propriedade da terra, não adianta, nada será protegido. Tem que fazer reforma agrária, modificando a estrutura fundiária e a forma de se produzir”.

Sem ter conhecimento da fala de Marés, Blairo Maggi (PR-MT), ex-governador do Mato Grosso, em uma piadinha infame no Senado, disse que “reforma agrária se faz na cama. Você vai fazendo filho e dividindo a terra”.

[**Vídeo: "Novo Código Florestal é licença para desmatar", diz deputado**](#)

[**Leia também: Subsídio científico para nortear decisão política**](#)

[**Código aprovado: expectativas rondam veto da presidente**](#)

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, relembrou que no seu estado a grande maioria de rebanhos bovinos é de propriedade de grandes fazendeiros. “No município de Lábrea, onde novamente a pecuária extensiva está desmatando ilegalmente, estamos sofrendo represálias, com crédito cortado para o pequeno produtor, que não desmatou. Essas pessoas são gente, não massa de manobra”, afirmou.

Kátia Abreu quer mais

Não satisfeita com o que já foi conquistado pelos ruralistas na proposta que veio da Câmara, a [senadora Kátia Abreu](#) (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), propôs a ampliação da isenção de RL também para médios produtores. Ou seja, aqueles que possuem propriedades acima de quatro módulos fiscais, limite definido até o momento, também ficariam liberados da manutenção da reserva. Sua justificativa para incluí-los no benefício é a “renda irrigária” de produtores que ocupam 113 milhões de hectares no país.

O [senador Jorge Vianna](#) (PT-AC), que será o relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente, defendeu especialmente o tratamento diferenciado aos pequenos produtores: “Hoje é mais fácil desmatar do que fazer manejo. Temos que mudar nosso perfil de produção para um que seja mais sustentável”. Ele lembrou que hoje apenas 1% das multas de passivos ambientais são pagas.

Ao fim da audiência, Blairo Maggi foi razoável ao dizer que deve ser feito um Projeto de Lei equilibrado: “nem tão quadrado que a Câmara não aprove, mas dentro de regras que sejam aceitáveis para conseguir a sanção presidencial, respeitando os limites que estão colocados”.

Saiba Mais:

[Entenda o 'novo' Código Florestal](#)

[Baixe aqui o texto completo do relatório de Aldo Rebelo](#)

